

PROJETO CEANAMA EM GEOGRAFIA: UMA FERRAMENTA DE AUXÍLIO PARA FORMAÇÃO INDÍGENA

Dayanny Barros da Silva¹
Mizant Couto de Andrade Santana²

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo abordar a Educação Indígena no ensino superior, em especial na licenciatura em geografia, apontando as principais dificuldades encontradas pelos indígenas, a partir da vivência do monitor bolsista do projeto CEANAMA³ da Ufopa. Foi implementada uma abordagem qualitativa baseada no método dialético, incluindo uma pesquisa de campo e coleta de dados por meio de uma entrevista semiestruturada com o monitor bolsista do projeto para obter informações diretas sobre os estudantes indígenas do curso de geografia. Por meio da entrevista com o monitor, foi mostrado que as dificuldades vivenciadas pelos os indígenas são: a falta de domínio da língua portuguesa, uso da tecnologia e algumas limitações. Por isso, é de suma importância o projeto como ferramenta de apoio para os alunos indígenas superarem os desafios ao longo da sua formação. Vale ressaltar que o ensino indígena enfrenta muitas barreiras, a fim de, conquistar o ensino de boa qualidade que contemple todas as diferentes populações indígenas existentes no Brasil. Conclui-se que o projeto CEANAMA é de suma importância para o processo de ensino e aprendizagem dos alunos indígenas, além de ultrapassar as barreiras do campo universitário e servir como apoio às diferentes atividades universitárias.

Palavras-chave: Educação, Ensino e aprendizagem, Ferramenta de apoio.

RESUMEN

Este trabajo tuvo como objetivo abordar la Educación Indígena en la educación superior, especialmente en las carreras de Geografía, señalando las principales dificultades que enfrentan los pueblos indígenas, a partir de la experiencia del monitor de becas del proyecto CEANAMA en la Ufopa. Se implementó un enfoque cualitativo basado en el método dialéctico, incluyendo investigación de campo y recolección de datos a través de una entrevista semiestruturada con el monitor de becas del proyecto para obtener información directa sobre los estudiantes indígenas de la carrera de geografía. A través de la entrevista con el monitor, se demostró que las dificultades que viven los indígenas son: falta de dominio del idioma portugués, uso de la tecnología y algunas limitaciones. Por lo tanto, el proyecto es sumamente importante como herramienta de apoyo para que los estudiantes indígenas superen desafíos a lo largo de su educación. Cabe mencionar que la educación indígena enfrenta muchas barreras para lograr una educación de buena calidad que abarque a todas las diferentes poblaciones indígenas existentes en Brasil. Se concluye que el proyecto CEANAMA es de suma importancia para el proceso de enseñanza y aprendizaje de los estudiantes indígenas, además de superar barreras en el ámbito universitario y servir de apoyo a diferentes actividades universitarias.

Palabras clave: Educación, Enseñanza y aprendizaje, Herramienta de apoyo.

¹ Mestranda em Geografia da Universidade Federal de Grande Dourados-UF, dayanny.silva018@academico.ufgd.edu.br;

² Professora Dr. na Universidade Federal do Oeste do Pará - UF, profamizan@gmail.com;

³ O CEANAMA tem como foco a desenvolver ações de ensino/acompanhamento pedagógico aos discentes indígenas, o qual disponibilizará 85 (Oitenta e Cinco) bolsas de monitoria, distribuídas entre as Unidades Acadêmicas, Formação Básica Indígena/Campus de Santarém.

INTRODUÇÃO

O Brasil é considerado um país multicultural, pois reúne uma vasta quantidade de sujeitos com diferentes culturas em um território. Através dos dados do IBGE 2010, podemos observar um expressivo número de indígenas na região Norte, a qual a maior parte desses povos vivem na zona rural, onde está localizada sua aldeia e casa. Vale destacar, que os que fazem parte dessa região e possuem o maior número de indígenas, são: Amazonas, seguindo de Roraima e por fim, o Estado do Pará.

A partir desse panorama sobre a população indígena, podemos iniciar um diálogo sobre a Educação Superior que está sendo ofertada. Desta maneira, é importante destacar que para essa comunidade ter acesso a esse ensino, houve muitas lutas e reivindicações ocorrendo de forma lenta e demorada. Ao ser analisado o contexto histórico da educação escolar indígena, percebemos que somente após a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 que os indígenas foram reconhecidos como uma população que merece uma educação diferenciada. Assim, os indígenas se encontram respaldados por uma educação escolar diferenciada desde o ensino básico até o ensino superior.

O Ensino Superior para os povos indígenas da região paraense, que é o objeto central deste estudo, se deu de forma demorada e um dos grandes impasses encontrados nesta região era a dificuldade de transporte, pois era essencial para a locomoção dos estudantes até as instituições localizadas nos centros urbanos. É necessário ressaltar que durante muitas décadas o ensino superior estava centrado na cidade de Belém, capital do Pará, o que acabou sendo um fator de grande impacto para que o direito ao acesso à maioria dos estudantes indígenas do estado ocorresse de forma regular.

A partir do projeto de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), criado pelo decreto Nº 6.094 de 24 de abril de 2007, esse cenário mudou. Pois, seu intuito estava pautado na ampliação das universidades com o objetivo de aumentar o acesso dos estudantes ao ensino superior. Dentro do Estado do Pará, esse projeto possibilitou a criação da Ufopa, conforme a Lei nº 12.085 de 05 de novembro de 2009, de forma que houve o desmembramento da Universidade Federal do Pará - UFPA e da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA. A partir de então, surgiu a primeira universidade pública federal a ter matriz em um município do interior Paraense.

A integração dos Campis dessas instituições, contribuiu para a estrutura física da Ufopa em Santarém e nas cidades vizinhas. Conforme o Plano de Desenvolvimento

Individual (PDI, 2017/2023, p.1): A instituição adquiriu também, além do campus Santarém, as unidades da Ufopa e da Ufra, para a formação do campus de Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná.

O município de Santarém, onde está centrada a matriz da Ufopa, fica localizado na mesorregião do Baixo Amazonas. Segundo as estimativas do IBGE 2022, calculou a população de Santarém em 351.220 mil habitantes, se mantendo como o terceiro município mais populoso do Pará, atrás apenas de Belém e Ananindeua e à frente de Parauapebas e Marabá.

Vale destacar que a Ufopa é uma universidade de suma importância para a sociedade do interior do Pará, pois, devido sua abrangência, o acesso ao ensino superior ficou mais viável para a população. Assim, ela oferta um número de vagas para candidatos indígenas através do Processo Seletivo Especial Indígena (PSEI). Essa forma de ingresso possibilita a inclusão desses alunos na universidade, além de dar visibilidade para a diversidade de etnias desses povos tradicionais. Contudo percebemos que o sistema é falho, pois, incluir sem garantir permanência e a estrutura curricular multicultural acaba por reproduzir um sistema educacional de caráter ocidental e, muitas vezes, segregacionista.

Diante disso, este trabalho abordou a Educação Indígena no ensino superior, em especial na licenciatura em geografia, apontando as principais dificuldades encontradas pelos indígenas, a partir da vivência do monitor bolsista do projeto CEANAMA⁴ da Ufopa.

METODOLOGIA

Neste estudo foi utilizado uma abordagem qualitativa com base no método dialético, escolhemos a pesquisa de campo para nos auxiliar nesse processo de obtenção de informações relacionado a temática e a coleta de dados. Desta forma, a maioria das análises realizadas tiveram fundamento na entrevista realizada.

Para dar seguimento no estudo, os procedimentos utilizados foram os seguintes: primeiramente foi realizada uma pesquisa de cunho bibliográfico, pautada em registros disponíveis sendo eles em trabalhos anteriores, teses, artigos e livros que abordam sobre a educação escolar indígena. Prosseguindo, foi feita a coleta de dados dos indígenas que estão na universidade, seguindo para a obtenção de informações direta sobre os estudantes indígenas do

⁴ O CEANAMA tem como foco a desenvolver ações de ensino/acompanhamento pedagógico aos discentes indígenas, o qual disponibilizará 85 (Oitenta e Cinco) bolsas de monitoria, distribuídas entre as Unidades Acadêmicas, Formação Básica Indígena/Campus de Santarém.

curso de geografia, com o monitor/bolsista do CEANAMA, por meio de entrevista semiestruturada.

A entrevista com o bolsista de geografia aconteceu remotamente, com a utilização da plataforma Google Meet, que possibilitou um videoconferência, que ocorreu no dia 09 de fevereiro de 2022, essa foi a alternativa escolhida em virtude do contexto da pandemia, que estava ocorrendo durante a pesquisa. Podemos salientar também, que esse tipo de pesquisa é considerado como interpretativa (POPE E MAYS, 2005), pois, está relacionada com as experiências vivenciadas pelos indivíduos e as informações coletadas por eles. Desta forma, através da entrevista foi possível entender de forma clara as dificuldades que os alunos indígenas enfrentam ao longo de sua formação no âmbito acadêmico.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para fomentar o estudo sobre a questão da educação escolar indígena, traz-se para o contexto da discussão inicialmente a lei de cotas, onde podemos observar que Brasil (2012) em seu art. 3 pontua o asseguramento de vagas destinada aos indígenas a qual este é um ponto fundamental para começar a discussão sobre a inclusão do indígena no ensino superior. Abordando exclusivamente a questão da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), abordamos o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI, 2017/2023), que é um documento oficial da instituição e vai conter detalhes sobre a instituição durante determinado período.

Sendo a língua materna pontuada, discutiu-se a Política Nacional de Educação Escolar Indígena (PNEEI, 1994), que aborda a heterogeneidade de línguas presentes no Brasil. Desta forma, reconhece a complexidade linguística que está presente nas diferentes sociedades indígenas, principalmente a relação entre o uso da língua materna e da língua oficial, o português. A fim de garantir um respeito a identidade cultural e linguística conforme é apontado na LDB em seu artigo 78, destaco a importância do ensino bilíngue e intercultural para os povos indígenas.

Por fim, Tommasio (2003) nos faz refletir sobre o ensino básico que os alunos indígenas recebem, tendo em vista que adentram na universidade com grandes dificuldades nas disciplinas, de tal forma que nos faz pensar que este ensino é fraco. Tal problemática é comprovada por Paulino (2008), que elucida a questão da falta de compreensão da língua portuguesa por parte de alguns indígenas, o que vai de acordo com o que podemos constatar neste estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Analisando todo o contexto histórico da educação escolar indígena, percebemos que somente após a CF 1988 e a LDB de 1996, que os indígenas foram reconhecidos como uma população que merece uma educação diferenciada. Neste sentido, os indígenas se encontram respaldados por uma educação escolar diferenciada desde o ensino básico até o ensino superior. Diante disso, Ministério da Educação (2009) elucida que:

As instituições de educação superior devem elaborar uma pedagogia antiracista e anti-discriminatória, construindo estratégias educacionais orientadas pelo princípio de igualdade básica da pessoa humana como sujeito de direitos, bem como se posicionar formalmente contra toda e qualquer forma de discriminação (MEC, 2004, p. 20).

Contudo, a luta para que o indígena tenha o acesso e a permanência ao ensino superior é recente. Essa conquista iniciou nos anos 2000, com a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) que possibilitou o ingresso de alunos cotistas afrodescendentes (negros e pardos); porém as primeiras universidades a terem, de fato o ingresso de alunos indígenas foram as Universidades Estaduais do Paraná; sendo elas: Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO) e Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP).

Com a finalidade de normalizar a garantia do acesso dos indígenas ao curso superior, surgiram movimentos sociais indígenas reivindicatórios que contribuíram para a criação da Lei Federal de Cotas, advindas da iniciativa do poder legislativo. Essa lei buscou ampliar o acesso ao ensino superior das classes oprimidas, de maneira igualitária reduzindo assim a desigualdade educacional e social.

No Brasil existem dois tipos de cotas, sendo uma social, a qual é reservada para as pessoas de baixa renda e que tenham estudado o ensino fundamental e médio na rede pública de ensino; e a racial, que por sua vez, é destinada para as pessoas que fazem parte de um grupo específico, como por exemplo, a população que durante um determinado período da história da colonização, foram oprimidas como os negros, pardos e indígenas. Diante disso, Brasil (2012) pondera:

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por



cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BRASIL, 2012, p. 1).

Através da lei de cotas nº 12.711⁵ podemos perceber nos dados do IBGE, que houve um salto no ingresso de alunos indígenas na universidade. O censo da educação superior de 2011 (Figura 01), mostra que apenas 9.576 dos indígenas estavam na universidade, sendo uma quantidade pequena em comparação aos anos seguintes, nos quais o sistema de cotas entrou em vigor. Atualmente podemos encontrar um total de 47.267 indígenas ingressando nas universidades, conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) 2020.

Figura 01: Ingresso de indígenas no Ensino Superior.



Fonte: INEP, 2020. Elaboração: Silva, 2023.

É importante frisar que apesar das ações afirmativas garantir o ingresso desses alunos (indígenas) é necessário ir além, assegurando o acesso à educação superior, e também apresentando/oferecendo subsídios que visem a permanência deles, que na prática

⁵ Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2011. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em 20 de outubro de 2023.

proporcionam uma formação acadêmica de qualidade para esses alunos. Entretanto, vale ressaltar que para os povos indígenas, o sistema de cotas representa um avanço em meios às suas reivindicações que buscam diminuir o preconceito e ter igualdade de condições.

Um ponto importante a ser destacado, uma vez que, estamos falando do Ensino Superior para os povos indígenas da Região Amazônica é a forma demorada que esse processo ocorreu. A grande dificuldade era a questão do transporte, na qual era necessário transportar esses estudantes até as instituições que se encontravam localizadas nos centros urbanos.

Durante muitas décadas o ensino superior estava localizado na cidade de Belém, capital do Pará, o que de fato comprometeu o acesso à maioria dos estudantes do estado, contudo em 2007 foi criado o programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que tinha como objetivo geral:

Criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade (grifo nosso) do sistema de ensino superior (BRASIL, 2006, p. 11).

Neste sentido, esse programa foi criado pelo Governo Federal no mandato do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que buscava o crescimento econômico do Brasil por meio da educação. A implementação desse programa possibilitou, que as universidades do Brasil se adaptassem para as novas políticas e programas de ensino, sendo voltadas aos programas de Ações Afirmativas que buscavam promover a inclusão social e diminuir a desigualdade.

Esse projeto foi muito importante, haja vista que com a sua implementação, surgiu a Universidade federal do Oeste do Pará (UFOPA) em 2009 com políticas de ações afirmativas, cotas sociais e raciais; instituição essa com grande responsabilidade social, com compromisso de atender a população de seus municípios-sede e os aos arredores. Conforme o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI, 2017/2023, p.1):

A Ufopa surgiu da incorporação do Campus de Santarém da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Unidade Descentralizada Tapajós da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), as quais mantinham atividades na região Oeste Paraense. A Ufopa assimilou também outras unidades da UFPA e da Ufra para a formação dos campus de Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná.

A partir da aprovação do projeto de criação da Ufopa com Lei nº 12.085⁶, a instituição passou a ser a primeira universidade pública federal a ter matriz em um município do interior paraense. A referida lei que rege a criação da UFOPA, tem como objetivo “ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária”.

É importante dar ênfase que o acesso a instituição de ensino superior no interior da Amazônia, só foi possível por meio do programa REUNI, que buscava expandir as universidades no interior da Amazônia. Contudo, as instituições criadas por meio do programa tinham que trazer políticas de ações afirmativas, que contemplasse a inclusão da diversidade populacional oriunda da região de interior, a qual não tinha acesso ao ensino superior por conta da distância existente do espaço acadêmico.

A partir do plano de desenvolvimento individual (PDI) da Ufopa, notamos a grande importância que a instituição instalada no interior do Pará teve para a população, a qual gerou a oportunidade de acesso ao ensino superior. De acordo com PDI (2017/2023, p. 3):

1º de janeiro de 2013, a área de abrangência da Ufopa passou a ser composta de 20 (vinte) municípios. A população total destes municípios é de 912.006 habitantes (IBGE, 2010), que corresponde a 12% da população do estado do Pará. A área ocupada é de 512.616 km² (IBGE, 2010), que corresponde a 41% da área total do estado (1.250.000 km²).

Para atender a demanda de alunos que chegam à sede da universidade, a instituição é composta por sete unidades acadêmicas, sendo elas: um Centro de Formação Interdisciplinar (CFI), Instituto de Ciências da Educação (ICED), Instituto de Ciências da Sociedade (ICS), Instituto de Engenharia e Geociências (IEG), Instituto de Biodiversidade e Floresta (IBEF), Instituto de Ciência e Tecnologia das Águas (ICTA) e Instituto de Saúde Coletiva (ISCO). No geral, são ofertados 34 cursos de graduação e 16 cursos de pós-graduação, com 12 cursos de mestrado e 4 cursos de doutorado.

Os processos que possibilitam o ingresso da população são: Processo Seletivo Regular (PSR), Processo Seletivo Especial Quilombola (PSEQ), em especial o Processo Seletivo Especial Indígena (PSEI), esse é destinado à seleção diferenciada de candidatos indígenas

⁶ Lei nº 12.085 de 05 de Novembro de 2009. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará - Ufopa, por desmembramento da Universidade Federal do Pará - UFPA e da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA, e dá outras providências. Disponível em <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=12085&ano=2009&ato=533ETWE1EeVpWT9dd>. Acesso em 24 de setembro 2023.

para o provimento de vagas nos cursos de graduação oferecidos pela Ufopa. O processo de seleção é composto por uma redação em Língua Portuguesa e Entrevista. Contudo, é necessário questionar que os critérios utilizados para a seleção dos discentes não ficam claros em sua totalidade no edital, muitos detalhes são omitidos, de forma que não podemos analisar completamente esse processo, tão pouco afirmar sobre a sua eficiência.

Ao longo desta pesquisa compreendemos a complexidade que envolve o processo de entrada e de adaptação do aluno indígena na universidade. Neste sentido, a Pró-reitora de Ensino de Graduação (PROEN), criou um projeto CEANAMA que é uma política de apoio e acompanhamento pedagógico destinado aos estudantes indígenas durante o seu processo de formação. Nele o monitor tem o importante papel de minorar as dificuldades enfrentadas pelos estudantes.

Assim, entramos em contato com o monitor/bolsista do curso de licenciatura em geografia, e partir da entrevista realizada, podemos destacar duas falas do bolsista a qual dão ênfase nas dificuldades encontrada pelos indígenas que ele pode observar durante a sua monitoria:

O grau de dificuldade maior, relacionado a essa questão de comunicação, justamente em **compreender e assimilar** o que os professores falavam nas disciplinas. Por exemplo, alunos com etnia Wai Wai, eram os que mais apresentaram dificuldades em assimilar o que era abordado na sala de aula, o que não era possível eles explicar para nós o que o professor passava e as atividades que deveriam ser realizadas, a qual tínhamos que entrar em contato com o professor para saber. (grifo nosso)

Podemos relacionar este fato devido a diversidade linguística existente no Brasil, no qual compreende um quadro complexo e heterogêneo em relação ao uso da língua materna (a língua indígena) e ao uso e conhecimento da língua oficial (o português). A fluência somente na língua materna é um fator determinante quando ele se vincula na universidade e passa a ter contato com um grupo distinto de sua origem (PNEEI, 1994).

Diante do exposto, devemos entender a necessidade de ser oferecido um ensino de qualidade, que garanta uma formação inicial para o indígena. Assim, Tommasio (2003, p. 17) afirma que:

A maioria dos universitários indígenas que chega à universidade encontra dificuldade em quase todas as disciplinas porque não tiveram boa formação no nível fundamental e médio. É preciso então oferecer a todos os alunos índios, nas aldeias e fora delas, ensino de melhor qualidade, incluído também, necessariamente conhecimento de informática.

É importante levarmos em consideração que o grau de dificuldades é diversificado entre esse grupo, por exemplo, a falta de compreensão na Língua Portuguesa, não se estende a todos os indígenas. A Ufopa possui uma variedade de indígenas de distintas etnias, na qual algumas delas possuem sua própria linguagem e possuem o português como a segunda língua.

Neste caso, podemos considerar alunos bilíngues, pois, possuem “compreensão” da língua portuguesa. Contudo, ainda apresentam dificuldades na sua vida acadêmica, pois, o processo de formação básica que ocorreu em suas aldeias, está pautado na língua materna o que não dá possibilidade para que o indígena tenha domínio do português. A valorização e conhecimento de sua língua materna e o bilinguismo é assegurado pela LDB em seu artigo 78, a qual propõe:

Desenvolver programas integrados de ensino e pesquisa para ofertar aos índios uma educação escolar bilíngue e intercultural, de forma que proporcione aos mesmos, a recuperação de suas memórias históricas, buscando reafirmar assim, suas identidades étnicas e a valorização de suas línguas e ciências.

Com isso, cabe ressaltarmos que a própria instituição tem por direito, ofertar uma formação que tenha como proposta uma formação intercultural, que seja capaz de facilitar o processo comunicativo, bem como valorizar o conhecimento da língua desse aluno indígena. Conforme é assegurado também, pela Política Nacional de Educação Escolar Indígena (PNEEI), a qual prescreve:

As sociedades indígenas apresentam um quadro complexo e heterogêneo em relação ao uso da língua materna (a língua indígena) e ao uso e conhecimento da língua oficial (o português). Monolinguismo total em língua indígena é situação transitória de comunidades indígenas nos primeiros momentos do contato. A maioria dos povos indígenas se encontra em diversas situações e modalidades de bilinguismo e/ou multilinguismo (PNEEI, 1994, p. 11)

Há na Ufopa etnias que podemos considerar bilíngues, como é o caso da etnia Wai Wai e os Munduruku, pois possuem sua própria linguagem e o português como segunda língua. No entanto, percebemos que são alvos de preconceito e racismo, pois, além de serem excluídos das atividades em grupo, em decorrência da dificuldade que existe para se comunicar com os demais alunos, também não compreendem os conteúdos abordados, expressam-se de forma diferente em sala de aula, entre outras questões.

E o bolsista acaba pontuando que ao longo da sua monitoria ouviu relatos de indígenas que não dominam a língua portuguesa, sofreram Bullying dentro das turmas que eles participaram, por não conseguirem falar o português de fato, deixando-os intimidados dentro

da turma. Tal fato, influencia diretamente na socialização deles com os demais colegas e também, em seu aprendizado.

Outra dificuldade apontada pelo monitor está voltada ao uso das ferramentas tecnológicas que auxiliam no desenvolvimento das atividades. Assim, o entrevistado destacou:

Os alunos que compreendem o português apresentaram dificuldades na formatação de trabalho acadêmico, a adaptação com as tecnologias e na compreensão dos assuntos, em relação ao processo de educação básica muito fraca e quando entraram na universidade se depararam com uma outra realidade do que fora visto anteriormente.

Através das falas, podemos perceber que cada aluno indígena possui diferentes tipos de dificuldades que prejudicam de forma direta o seu processo de ensino/aprendizagem. Contudo, é importante destacar que o ensino básico a qual esses discentes passaram foi frágil, no qual influencia no seu rendimento ao cursar o ensino superior. Paulino (2008, p.96) ressalta algumas dificuldades:

Problemas na leitura e na escrita (que são muito comuns entre os acadêmicos, segundo relatos) podem estar relacionados não apenas a uma má formação secundária, mas às suas maneiras distintas de comunicação: principalmente pela via da oralidade e, em alguns casos, em outra língua. Tal distinção cultural deve ser levada em conta não como um problema a mais, mas como uma riqueza que precisa ser reconhecida pelos professores, o que não parece ter sido feito a contento.

Partindo disso, percebemos que o pensamento do autor vai de encontro com a realidade vivenciada pelo bolsista ao longo da sua participação no projeto do CEANAMA, com os alunos indígenas do curso de licenciatura em geografia. Em suma, os encontros semanais proporcionaram que o bolsista identificasse e minimizasse algumas dificuldades que prejudicam o processo de ensino e aprendizagem deles. Entre elas, as que mais lhe chamaram atenção foram: a falta de domínio da língua portuguesa que dificulta a compreensão dos conteúdos repassados em sala de aula; por outro lado, os que possuem domínio da língua portuguesa (compreensão e fala) tendem a apresentar dificuldade com os meios tecnológicos, o que constitui a segunda dificuldades que nesse caso, percebemos que para as atividades acadêmicas serem concluídas esses alunos precisam manusear essas ferramentas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto é possível compreender que somente com muita luta e reivindicação dos movimentos indígenas, ocorreu a conquista de direitos adquiridos a partir da constituição de 1988, que engloba os indígenas e a sociedade em geral. A partir disso, houve a criação dos

documentos citados anteriormente, que visam garantir a educação diferenciada aos povos indígenas. Entretanto, podemos ressaltar que a Educação escolar indígena possui muitas barreiras para serem quebradas, a fim de, conquistar o ensino de boa qualidade que contemple a todos as diferentes populações indígenas existentes no Brasil.

A partir do estudo podemos verificar a importância do acompanhamento pedagógico deste discentes durante seu processo de formação. Desta forma, o projeto CEANAMA é de suma importância para o processo de ensino e aprendizagem dos alunos indígenas, além de ultrapassar as barreiras do campo universitário e servir como apoio às diferentes atividades universitárias.

Neste sentido, o projeto é capaz de mitigar as dificuldades encontradas através dos diálogos propostos nos encontros, possibilitando um contato mais próximo com os discentes indígenas do curso de geografia. Entretanto, podemos destacar que o curso de licenciatura em geografia da UFOPA, não apresenta um currículo coerente com a realidade dos acadêmicos que estão matriculados e o monitor do CEANAMA não teve uma formação adequada para trabalhar com os indígenas; porém, foi possível observar que ele se mostrou coerente em relacionar os conteúdos geográficos apresentados em sala de aula com a realidade dos indígenas.

Outro ponto relevante é a importância deste trabalho para a geografia, tendo em vista que há poucas pesquisas que evidenciam o ensino escolar indígena. Este campo de estudo deve ganhar destaque, pois a educação indígena permanece viva durante muitos anos e tem muito a acrescentar à nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diversidade na Educação: Como indicar as diferenças?** Ministério da Educação, 1ª Ed. Brasília, dezembro de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em 20 de set. de 2023.

BRASIL. **Lei Nº 12.711, de 29 de Agosto de 2012.** Brasília, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em 20 de set. de 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 20 de set. de 2023.

IBGE. **Os indígenas no Censo Demográfico.** 2010. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br> acesso em 28 de set. de 2023.



INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. História. 2006. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/historia>. Acesso em 30 set. de 2023.

LDB. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional. 1996. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf> . Acesso em 20 set. de 2023

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. **Brasília: SECAD/MEC, 2009.**

PAULINO, M. M.. Povos indígenas e ações afirmativas: o caso do Paraná. Mestrado em Educação - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2008.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI/Ufopa – 2017/2023). Disponível em: www.ufopa.edu.br/. Acesso em 30 de set. de 2023.

PNEEI. Política Nacional de Educação Escolar Indígena. **Brasília, DF: MEC/SEF, p. 11, 1994.**

POPE, C.; MAYS, N.. Pesquisa qualitativa na atenção à saúde. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

RCNEI. Referencial curricular nacional para as escolas indígenas / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. – **Brasília: MEC/SEF, 1998.**

TOMMASINO, Kimiye. Aspectos fundamentais da cultura Kaingang. Londrina, 2003.